

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta do Acre

Class.: 07

Data: 24 de fevereiro de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

### Que (des)governo é este?

GAZETA DO ACRE - 24.2.87

#### Conselho Indigenista Missionário

Tanto já se falou do asfaltamento da BR-364, do PMACI, das demarcações das áreas indígenas, mas parece que poucos sabem exatamente o que está acontecendo.

O Plano de Proteção ao Meio-Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI) parece uma piada. Um volume de recursos da ordem de US\$ 4 milhões foi financiado pelos Bancos Internacionais para estudos e demarcações de áreas indígenas no Acre e sul do Amazonas, enquanto o próprio Governo se responsabilizou pela execução através de acordos assinados e pela coordenação dos trabalhos a cargo da S<sup>U</sup>PLAN - Secretaria de Planejamento. Estes financiamentos estão sendo aos poucos repassados para os órgãos competentes realizarem os trabalhos previstos no PMACI, ou seja, FUNAI, INCRA, IBDF, EMBRAPA, SEMA. Mas os mesmos órgãos não apresentam um mínimo de organização e planejamento em conjunto. Como é o caso da EMBRAPA e IBDF, que gastaram recursos em torno de Cz\$ 1.36 milhões para fazerem os mesmo estudos sobre Meio-Ambiente. A FUNAI faz identificação de áreas indígenas e levantamentos fundiários, onde o INCRA deveria fornecer os dados da situação fundiária. Acontece que o mesmo INCRA informa que irá fazer posteriormente tais levantamentos para o PMACI, quando ninguém sabe. Só um exemplo: a área indígena Alto Purus, dos povos Kulina e Kaxinauá, foi identificada em 1984 e em maio de 1986 foi realizado o levantamento fundiário, faltando é claro os dados do INCRA para posterior encaminhamento ao Grupo Interministerial que aprova a área e encaminha o decreto de demarcação ao Presidente da República.

Porque esta demora toda? Há outros interesses fortes em jogo? Sabemos que o Sr. Mário Junqueira, sócio de uma empresa paulista e vice-presidente da Associação dos Criadores de Nelore no Brasil, afirma ter terras no alto Purus e quer, claramente, expulsar os índios colocando-os em outras áreas que não atrapalhem seus interesses, segundo notícia publicada na Gazeta do Acre em 16/1/87. Existe também o fato de esta área se encontrar na faixa de fronteira definida pelo Conselho de Segurança Nacional, o qual conforme declarações de seu secretário, General Bayma Denis, não pretende demarcar áreas indígenas incidentes naquela faixa, mesmo sabendo da ilegalidade deste proceder.

A FUNAI, por sua vez, que tem a responsabilidade de garantir a proteção dos índios, através de seu presidente, Romero Jucá, informou que demarcou 50 áreas em 1986 e com o PMACI irá demarcar até 1988 todas as áreas indígenas do Acre. Ora, destas 50 áreas o Sr. Jucá esqueceu de dizer que cerca de 16 receberam o decreto no tempo de SPI (1910-1967), o que aconteceu foi o reavivamento dos limites; do restante, a grande maioria ainda não foi efetivamente demarcada. Acrescentamos ainda que destas 50, aproximadamente 80% delas não tem concluída a regularização fundiária. E das 17 áreas previstas para demar-

cação em 86, pelo PMACI, só uma foi feita. Estas atitudes são contundentes. De fato, o Governo Federal (Presidente Sarney e Conselho de Segurança Nacional) não pretende mais demarcar as áreas indígenas em faixa de fronteira ao arrepio da lei que protege os índios. Lembremos que se for considerado os limites de faixa de fronteira em 150 Km, a maior parte do Acre estaria nesta faixa.

Existe na legislação brasileira uma figura jurídica - a colônia agrícola - que, segundo o Governo, seria "uma figura compatível com a fronteira, onde brancos e índios conviveriam de forma pacífica e harmoniosa. Para isso é necessário que haja uma nova lei (que está sendo já elaborada!) que regulamente os novos critérios de definição de área indígena, critérios estes que o Governo quer impor às comunidades indígenas alegando a necessidade de garantir a integridade do território brasileiro.

Ora, garantir estas terras para quem? Para grupos econômicos internacionais e nacionais com interesses privados, como mineradoras (Paranapanema, Goldamazon etc.), madeireiras (Céu Azul no rio Envira, Serraria Amazonas etc), colonizadoras, construtoras e latifundiários (Grupo Atalla, Atlântica Boa Vista, Biadresco, etc).

Um exemplo desta situação no Acre é a Empresa Céu Azul, madeireira da Família Badotti, no rio Envira retirando madeira também das áreas indígenas (Kulina, Kaxinauá e Kampa), inclusive com um intermediário que era Chefe de Posto da FUNAI, Sr. Mauro, afastado por este motivo, mas que no momento voltou para a área enviado pela própria FUNAI. Até o momento nenhum órgão competente tomou medidas, tanto com as derrubadas quanto com o uso da mão de obra indígena e exploração de suas áreas.

O Governo estadual tanto tem falado em assumir ou fiscalizar as ações do Governo Federal, no que se refere à política florestal, indigenista, energética, agrária, da borracha, etc., mas foi o próprio Governo que não deu nenhum tipo de apoio:

— a índios e seringueiros quando da reivindicação do aumento do preço da borracha e de uma nova política extrativista que satisfaça às necessidades deles;

— à reivindicação da lei que defende as seringueiras. Além disso, este Governo aliou-se a grupos econômicos de fora (p.ex. Mendes Júnior) para construções de estradas, como a Transacreana, planejada sem estudos criteriosos e que cortará pelo menos seis áreas indígenas.

Este Governo estadual realmente merece confiança e pode gerir recursos para proteção de meio-ambiente e comunidades indígenas tanto quanto o Governo Federal? Os fatos elencados sugerem que ambas as instâncias são suspeitas.

Somente a pressão dos Povos Indígenas e dos Seringueiros organizados, juntamente com entidades de apoio e a população afetada por este tipo de desenvolvimento, conseguirão derrubar o lobby dos grupos econômicos, militares, e esta política oficial que tem objetivos nada sociais, mas de destruição e extermínio dos povos da floresta. Leis, para quem servem? Que (des)governo é este?